



SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
Avenida Salgado Filho, s/n, Centro Administrativo do Estado - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901
Telefone: (84) 3232-2125 e Fax: @fax_unidade@ - www.sead.rn.gov.br

EDITAL Nº 90.067/2026

Processo nº 08810213.000090/2025-11



COORDENADORIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - COMPR/SEAD.

Telefone: 84 98127-6028/ 84 98839-0534 (WhatsApp), e-mail: licitacoes@sead.rn.gov.br, site: compras.rn.gov.br.

PREÂMBULO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º : 90.067/2026.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA CONDUÇÃO DA LICITAÇÃO: Secretaria de Estado da Administração do Rio Grande do Norte - SEAD/RN (UASG: 925538).

ÓRGÃO CONTRATANTE: Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Norte (CBMRN).

OBJETO: Aquisição de 33 (Trinta e três) Mantas corta-fogo de combate a incêndios em carros elétricos, híbridos e convencionais para Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Norte (CBMRN), conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 1.463.078,43 (Um milhão, quatrocentos e sessenta e três mil, setenta e oito reais e quarenta e três centavos).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item.

MODO DE DISPUTA: Aberto e fechado.

LOCAL (plataforma): Portal de Compras do Governo Federal (Comprasnet), no seguinte endereço virtual: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

PREFERÊNCIA ME/EPP/MEI/EQUIPARADAS:

NÃO será reservado cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para o para este certame, conforme justificativa com amparo no art. 44, da Lei Complementar Estadual n.º 675/2020 e art. 49, III da Lei Complementar Federal n.º 123/2006 (por representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado).

CONSÓRCIO: Não será permitida a participação de empresas em consórcio, conforme justificativa no item 6.21 do TR.

SUBCONTRAÇÃO: Não será permitida a subcontratação, parcial ou total, do objeto, conforme subitem 6.16 do TR.

NÃO HAVENDO EXPEDIENTE NA DATA MARCADA ou havendo fato superveniente impeditivo à realização, a sessão pública será adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário, salvo comunicação em contrário do pregoeiro.

Torna-se público que O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO RN (CBMRN), inscrito no CNPJ sob o nº 04.994.771/0001-00, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO DO RN (SEAD/RN), inscrita no CNPJ sob o nº 08.241.788/0001-30, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA. Esta licitação rege-se pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelo Decreto Estadual nº 32.449/2023 e, subsidiariamente, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 e pela Lei Complementar Estadual nº 675/2020, que asseguram o tratamento diferenciado a ME, EPP e MEI. O certame seguirá estritamente as condições fixadas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição 33 (Trinta e três) Mantas corta-fogo de combate a incêndios em carros elétricos, híbridos e convencionais para o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Norte (CBMRN), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE
01	MANTAS CORTA-FOGO/MANTA CONTRA INCÊNDIO. Descrição Básica: Manta contra fogo, equipamento extintor de incêndio para atuação em ocorrências com veículos elétricos, híbridos e convencionais, eficiente para isolar o incêndio e limitar o crescimento da fumaça em ambientes confinados com	Unidade	33

capacidade de cobrir qualquer tamanho de carro inclusive SUV e veículos todo-o-terreno.

Tamanho: 48 m² com capacidade de cobrir qualquer tamanho de veículos inclusive SUVs grande e veículos todo-o-terreno com, peso até 40 kg com número de uso de até 30 vezes

Especificações

- Manta Car Pro X Fire Blanket ou similar/equivalente – 6,00 x 8,00 m
- Reutilização: Reutilizável até 30 aplicações
- Dimensões/Peso: ± 6,0 x 8,0 m / ± 26 kg
- Material do núcleo: Grafite 340 g/m²
- Revestimento: Polímero de silicone ± 160 g/m² (possibilidade de chamas residuais no primeiro uso)
- Fios: Urdidura 396 Tex / Trama 396 Tex
- Contagem de fios: Urdidura 4,5 fios/cm / Trama 4,0 fios/cm
- Resistência à tração: Warp 3.000 N/50 mm / Weft 3.600 N/50 mm
- Peso superficial: 340 g/m²
- Espessura: 0,32 mm
- Temperatura de serviço (tecido do núcleo):
- Curto prazo: até ± 2.500 °C *
- Longo prazo: até ± 1.500 °C

Composição, Características Técnica dos Materiais:

A Manta corta-fogo feita em tecido composto por grafite mais revestimento de silicone especial para altas temperaturas ou de tecido de fibra de vidro com revestimento de polímero especial retardante de chamas em ambos os lados que suporte uma temperatura de até 2500°C (fusão) até 1.500 °C (em operação) e atendas as normas DIN EN 12654, DIN EN 1049, ISO 4606, EN 12127, DIN ISO 4606, UNE EN 13501, EN 13934-1, Urdume 5000N/5cm ±10% Trama 4277 N/5cm ±10%, Resistência à tração EN 13934-1, Urdume 5000N/5cm ±10% Trama 4277 N/5cm ±10% e suporte uma temperatura de até 2500°C (fusão) até 1.500 °C (em operação)

Embalagens: Bolsa hermética que bloqueia odores e gases da manta previamente utilizada;
Com alças para transporte e tiras para fechamento; Acompanha kit de reparo para a manta, no bolso lateral; graxa de silicone no zíper para manter a bolsa hermética e sem cheiro.

- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Estadual nº 32.449, de 7 de Março de 2023.
- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 100 dias contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, com prazo de vigência limitado a 31 de dezembro de 2026.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação a vigência contratual.
- 1.6. Todos os equipamentos referenciados podem ser similares ou de melhor qualidade quando houver fabricante que atenda.
- 1.7. Em hipótese alguma será aceito objetos de baixa ou qualidade inferior ao descrito no termo de referência.
- 1.8. Havendo divergência entre a especificação do objeto e o CATMAT especificado, prevalecerá a especificação do objeto apresentado.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão:

2.1.1. os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.1.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.1.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.1.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI e equiparados, nos limites previstos do art 2º da [Lei Complementar Estadual 675, de 2020](#).

2.2. Não poderão disputar esta licitação:

2.2.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

2.2.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.2.2.1. O impedimento de que trata o subitem anterior também será aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.2.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.2.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.2.5. pessoa física ou jurídica que, nos cinco (05) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.6. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.2.6.1. A vedação de que trata o caput estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.2.7. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, consoante justificativa do Item 6.21 do Termo de Referência, anexo I deste Instrumento.

2.2.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.2.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.3. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.4. A vedação de que trata o item 2.2.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. **DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação a fase de habilitação sucederá às fases de apresentação de propostas, lances e julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, preferencialmente, em campo próprio do sistema eletrônico ou por declaração específica, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021, bem como da Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020](#).

3.5.1. nos itens exclusivos à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação no sistema do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020](#), bem como à [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e na, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

- 3.6. A falsidade da declaração do enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.
- 3.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.13. **Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão;**
- 3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. valor unitário e total do item;
- 4.1.2. Marca e modelo, quando for o caso;
- 4.1.3. Fabricante;
- 4.1.4. **Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.**
- 4.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.6.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 4.6.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas
- 4.6.3. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos do erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será de **1,00%** (um vírgula zero por cento).
- 5.8.1. **O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado**, no intervalo de 15 s (quinze segundos) após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.9. O modo de disputa adotado será o ABERTO E FECHADO.

5.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 min (quinze minutos); após este prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o qual transcorrerá o período de até 10 min (dez minutos), determinado aleatoriamente, o qual será encerrada automaticamente a recepção de lances.

5.9.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 min (cinco minutos), o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.9.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta ou por ofertar lance com valor inferior esse;

5.9.4. Não havendo pelo menos três (3) ofertas nas condições definidas no subitem 5.9.2, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, ofertar um lance final e fechado em até 5 min (cinco minutos), o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.9.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.11. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.12. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.13. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 min (dez minutos), a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.15. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetuada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto no art. [42 da Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020](#) e nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.15.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.15.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.15.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.15.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.16. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.16.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.16.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.16.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.16.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.16.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.16.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.16.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.16.2.2. empresas brasileiras;

5.16.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.16.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.17. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.17.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.17.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.17.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.17.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.17.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.18. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO:

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.2 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação no SICAF do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação por registro de possível Ocorrência Impeditiva Indireta.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, conforme os subitens 2.1.6 e 3.5 deste edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. contiver vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.9.1. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.9.2. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.9.3. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

7.1. Os documentos previstos no **no Termo de Referência**, são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, PODERÁ ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, J, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de preenchimento de cota de aprendizes e reserva de cargos para pessoa com deficiência, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo 02 h (duas horas), prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para [\(Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, § 4º\)](#):

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo de no mínimo 02 h (duas horas), prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

7.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DA GARANTIA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

8.1. Não Haverá Exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133](#), de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar, conforme disposto no subitem 6.17 do Termo de Referência, anexo I deste Instrumento e razões apresentadas a seguir:

8.1.1. Entrega em parcela única:

8.1.1.1. A contratação envolve o fornecimento de materiais e equipamentos com entrega única. Conforme o art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a garantia para execução contratual pode ser exigida nos contratos que envolvam obrigações de natureza continuada ou que apresentem risco significativo de não execução. No entanto, neste caso, a entrega única mitiga o risco de inadimplemento ou de execução prolongada, o que diminui a necessidade de exigir garantia.

8.1.2. Discricionariedade da administração:

8.1.2.1. O art. 98 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que a exigência de garantia de execução é uma faculdade da administração, que poderá optar por não exigí-la quando não houver risco relevante associado à execução do contrato. Neste caso, a entrega de materiais em parcela única, sem a continuidade de prestação de serviços, representa um risco reduzido para o contrato, o que justifica a dispensa dessa garantia.

8.1.3. Natureza do contrato de fornecimento:

8.1.3.1. A aquisição de materiais e equipamentos, com pagamento após a entrega e conferência, minimiza os riscos de descumprimento contratual, uma vez que o pagamento será condicionado ao recebimento dos bens em conformidade com as especificações contratuais. Como não há prestação de serviços ou execução prolongada, o risco inerente à não entrega dos materiais é significativamente menor.

8.1.4. Redução de custos e competitividade:

8.1.4.1. O art. 5º da Lei nº 14.133/2021 consagra os princípios da competitividade e da economicidade. A exigência de garantia de execução poderia aumentar os custos para os licitantes, o que se refletiria nos preços das propostas e poderia desincentivar a participação de fornecedores. Ao não exigir a garantia, a administração evita a oneração do processo e garante maior competitividade, favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa.

8.1.5. Mecanismos alternativos de controle:

8.1.5.1. A administração pública dispõe de mecanismos alternativos para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais, como a aplicação de sanções administrativas, retenção de pagamentos e fiscalização da entrega dos materiais. O art. 156 da Lei nº 14.133/2021 prevê sanções para o caso de descumprimento contratual, como multas e impedimento de licitar e contratar, o que torna a garantia de execução menos relevante no caso de entrega única de bens.

8.1.6. Adequação ao risco do contrato:

8.1.6.1. A Lei nº 14.133/2021 prevê que a exigência de garantias deve ser compatível com o risco e a complexidade do contrato. Como o fornecimento dos equipamentos envolve risco mínimo em termos de execução, não se justifica a imposição de garantias onerosas para os licitantes. O art. 103 da referida lei ainda destaca que a exigência de garantia deve ser proporcional ao objeto contratado.

Pelo exposto, tendo em vista que o contrato se refere à aquisição de bens com entrega em parcela única, o risco de inadimplemento é baixo e a não exigência de garantia contribui para a economicidade e a competitividade do certame, em conformidade com a [Lei nº 14.133/2021](#). Além disso, a administração pode adotar mecanismos de controle alternativos para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais. Dessa forma, a exigência de garantia para execução do contrato não se mostra necessária.

9. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DA GESTÃO DO CONTRATO

Condições de execução do objeto

- 9.1. A execução do objeto consistirá no fornecimento de **33 (trinta e três) mantas corta-fogo**, conforme especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, destinadas ao uso operacional do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Norte – CBMRN .
- 9.2. O fornecimento será realizado em **remessa única**, devendo a contratada observar rigorosamente as especificações técnicas, quantitativas e qualitativas estabelecidas, bem como as normas técnicas aplicáveis (ABNT, NBR e correlatas).
- 9.3. A execução contratual deverá observar os princípios da **eficiência, economicidade, segurança operacional e interesse público**, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Prazo e local de entrega

- 9.4. A entrega dos equipamentos deverá ser realizada no Almoxarifado do Centro de Logística do CBMRN, situado na Avenida Prudente de Moraes, nº 2410, bairro Barro Vermelho, Natal/RN, CEP 59.022-545
- 9.5. O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta) dias** corridos, em remessa única, contados da data da publicação do Contrato em Diário Oficial, podendo ser prorrogado por igual período. Essa prorrogação poderá ser solicitada pela contratada e será concedida mediante justificativa formal, estando sujeita à aceitação pelo contratante, de comum acordo, conforme previsto na legislação aplicável;
- 9.6. Os bens deverão ser entregues devidamente acondicionados, embalados, identificados e acompanhados de nota fiscal e documentação técnica pertinente.

Obrigações da contratada

- 9.7. Fornecer os bens em estrita conformidade com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência.
- 9.8. Garantir que os produtos sejam novos, sem uso, e estejam em perfeito estado de funcionamento.
- 9.9. Responsabilizar-se por todas as despesas relacionadas ao fornecimento, incluindo transporte, carga, descarga, seguros, tributos e demais encargos.
- 9.10. Substituir, no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, quaisquer bens que apresentem defeitos, vícios ou desconformidades com as especificações exigidas.
- 9.11. Fornecer garantia conforme legislação vigente, assegurando a qualidade e durabilidade dos produtos.
- 9.12. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.

Obrigações da contratante

- 9.13. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas.
- 9.14. Verificar minuciosamente a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- 9.15. Comunicar à contratada, por escrito, quaisquer irregularidades verificadas.
- 9.16. Efetuar o pagamento à contratada após o cumprimento das condições estabelecidas.
- 9.17. Designar fiscal e gestor do contrato para acompanhamento da execução, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

Forma de execução

- 9.18. A execução do objeto dar-se-á de forma **indireta, sob regime de fornecimento integral**, por empresa especializada.
- 9.19. O fornecimento deverá observar:

- Conformidade com as especificações técnicas detalhadas;
- Atendimento às normas de segurança e certificações exigidas;
- Compatibilidade com o uso operacional do CBMRN.

- 9.20. Não será admitida a subcontratação do objeto.

CrITÉRIOS de qualidade e aceitação

- 9.21. Os bens serão submetidos a:
- **Recebimento provisório**, no ato da entrega;
 - **Recebimento definitivo**, após verificação técnica, no prazo de até 10 dias úteis .

- 9.22. Serão rejeitados os bens que:

- Não atendam às especificações técnicas;
- Apresentem defeitos ou avarias;
- Estejam em desacordo com normas técnicas aplicáveis.

- 9.23. A aceitação definitiva não exclui a responsabilidade da contratada quanto à qualidade e garantia do produto.

Sustentabilidade e conformidade legal

- 9.24. A execução do objeto deverá observar critérios de sustentabilidade, conforme a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).
- 9.25. Os materiais fornecidos deverão, sempre que possível:
- Ser recicláveis ou biodegradáveis;
 - Não conter substâncias nocivas à saúde dos usuários.

Sanções por inadimplemento

- 9.26. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a contratada às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, incluindo:
- Advertência;
 - Multa;
 - Suspensão de licitar e contratar;
 - Declaração de inidoneidade;

9.27. As penalidades serão aplicadas mediante processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

9.28. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

9.29. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

9.30. A garantia será prestada com vistas a manter os objetos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

9.31. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

9.32. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência própria e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

9.33. Da gestão do contrato:

9.34. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

9.35. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

9.36. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

9.37. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.38. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente; o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.39. O Corpo de Bombeiros do RN poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.40. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#));

9.40.1. O fiscal titular do contrato será o **2º TEN QOEMBM Felipe Augusto NOVAES** da Silva, matrícula nº 241.544-5 e o fiscal suplente **2º TEN QOEMBM Humberto ARIMATÉIA Junior**, matrícula nº 242.859-8;

9.41. O fiscal de contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, III);

9.41.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, II);

9.41.2. O fiscal de contrato notificará formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, X);

9.41.3. O fiscal de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

9.42. O gestor de contrato deverá acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, o qual terá apoio técnico e operacional do fiscal de contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

9.42.1. O gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022

9.42.2. O gestor titular do contrato será o **2º TEN QOEMBM CAIO Vítor Alves de Araújo Lima**, matrícula nº 226.963-5 e o gestor suplente **2º TEN QOEMBM CARLOS Humberto ALVES Bezerra Filho**, matrícula nº 241.541-0.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

10.1. Recebimento do Objeto

10.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

10.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30(trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10(dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

10.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10.2. Liquidação

10.2.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.2.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, está ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

10.2.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

10.2.5. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

10.2.6. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de ... dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado;

10.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

10.3. Prazo de pagamento

10.3.1. O pagamento poderá ser efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

10.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, eventuais índices de correção monetária a serem aplicados para atualização do valor deverão ser os índices de correção estabelecidos oficialmente.

10.4. Forma de Pagamento

10.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11. DAS DECLARAÇÕES EXIGIDAS PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

11.1. Serão exigidas, no momento da assinatura do contrato, as seguintes Declarações:

11.1.1. COTAS DE APRENDIZES:

11.1.1.1. Comprovação do preenchimento da cota de aprendizes prevista no art. 429 do Decreto-Lei 5.452, de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), equivalente ao percentual de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do total de empregados contratados pela licitante. (Decreto Estadual nº 30.753, de 22 de julho de 2021, alterado pelo Decreto nº 31.902, de 09 de setembro de 2022).

11.1.1.2. A comprovação de que trata o subitem anterior será atestada mediante declaração firmada pelo responsável legal da empresa, acompanhada dos registros de contratação dos aprendizes, ocultando se os respectivos dados pessoais, em conformidade com a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);

11.1.2. VAGAS PARA DEFICIENTES FÍSICOS:

11.1.2.1. No ato de contratação com o Estado do Rio Grande do Norte, relativamente a bens, serviços e obras, bem como durante a vigência dos respectivos contratos, as empresas deverão comprovar o cumprimento da Lei Federal 8.213, de 24 de julho de 1991, que em seu artigo 93 estabelece a obrigatoriedade de preenchimento no quadro de funcionários da empresa com 100 ou mais empregados, com beneficiários reabilitados ou com pessoas com deficiência, (2% até 200 empregados até 5% a partir de 1.001 empregados).

11.1.2.2. Incumbe às empresas licitantes, quando for o caso, comprovar que não se enquadram nas obrigações estabelecidas no Decreto-Lei 5.452/1940 (CLT), regulamentado pelo Decreto Federal 9.579/2018 e na Lei Federal 8.213/1991, bem como expor os motivos de eventual descumprimento, na hipótese de serem obrigadas à observância das leis e decretos mencionados.

12. DOS RECURSOS:

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.2. O prazo recursal é de **três (03) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- 12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos
- 12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 12.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico *[ENDEREÇO ELETRÔNICO]*.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
 - 13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
 - 13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
 - 13.1.5. fraudar a licitação
 - 13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
 - 13.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
 - 13.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 13.2.1. advertência;
 - 13.2.2. multa;
 - 13.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
 - 13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 13.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
 - 13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
 - 13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
 - 13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
 - 13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
 - 13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

- 13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021](#).
- 13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, § 4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022](#).
- 13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 13.15. As demais infrações, inerentes à fase contratual, estão disciplinados no **Item 11** da minuta de contrato, anexo III deste Edital.
- 14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:**
- 14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte e-mail: licitacoes@sead.rn.gov.br
- 14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro ou agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**
- 15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no [Portal Nacional de Contratações Públicas \(PNCP\)](#) e no [Portal de Compras do RN](#).
- 15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 15.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 15.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
- 15.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato
- 15.11.3. ANEXO III - Modelo da Proposta de Preços.

Natal/RN, na data da assinatura eletrônica.

Assina este Edital:

JANE CARMEN CARNEIRO E ARAÚJO.
Secretária de Estado da Administração



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 42333096 e o código CRC 88E001C3.

ANEXOS AO EDITAL

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA



CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
Av. Prudente de Moraes, 2410, - Bairro Barro Vermelho, Natal/RN, CEP 59022-545
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.cbmrn.gov.br>

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08810213.000090/2025-11

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição 33 (Trinta e três) Mantas corta-fogo de combate a incêndios em carros elétricos, híbridos e convencional para o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Norte (CBMRN), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Tabela demonstrativa de quantitativo:

Item	Nome do Item	Especificações do Item	Quantidades
01	Mantas corta-fogo/manta contra incêndio	Descrição Básica: Manta contra fogo, equipamento extintor de incêndio para atuação em ocorrências com veículos elétricos, híbridos e convencionais, eficiente para isolar o incêndio e limitar o crescimento da fumaça em ambientes confinados com capacidade de cobrir qualquer tamanho de carro inclusive SUV e veículos todo-o-terreno. Tamanho: 48 m² com capacidade de cobrir qualquer tamanho de veículos inclusive SUVs grande e veículos todo-o-terreno com, peso até 40 kg com número de uso de até 30 vezes	33

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Estadual nº 32.449, de 7 de março de 2023.

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 100 dias contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, com prazo de vigência limitado a 31 de dezembro de 2026.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.7. O Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte (CBMRN), foi criado através da lei nº 424, de 29 de novembro de 1917, emancipado através da Lei Complementar Estadual do RN nº 230, de 22 de março de 2002 e regulamentada pelo Decreto nº 16.038, de 02 de maio de 2002, tem como uma de suas atribuições salvaguardar vidas e bens por meio dos seus serviços operacionais especializados resgate, combate e prevenção em incêndios. Vejamos:

Lei Complementar Estadual do RN nº 230/2002:

Art. 1º. O Corpo de Bombeiros Militar do Estado, instituição permanente, força auxiliar e reserva do Exército brasileiro, organizado com base na hierarquia e na disciplina, destina-se à execução das atividades de defesa civil e aos **serviços específicos de bombeiros militares**, bem como à participação, através de organismos especializados, na defesa do meio ambiente.

Art. 2º. São funções institucionais do Corpo de Bombeiros Militar, dentre outras:

[...]

I - atuar na **execução das atividades de defesa civil**;

II - realizar os serviços de prevenção e combate aos incêndios;

III - participar, através de órgãos especializados, da defesa do meio ambiente, atuando como órgão estadual encarregado da guarda militar do patrimônio ambiental do Estado, de modo a **zelar pela prevenção e combate a incêndios florestais**, bem como pela fiscalização efetiva quanto ao cumprimento da legislação ambiental no que diz respeito à preservação da fauna e da flora e, ainda, à proteção contra as ações de degradação do solo, do ar e dos mananciais aquíferos;

IV - realizar atividades de resgate, busca e salvamento;

2.8. Os Grupamentos de Bombeiro do CBMRN são os principais responsáveis por todas as ações terrestres e em altura, de busca, resgate, salvamento e combate e prevenção em incêndios da instituição e do meio ambiente. Para a execução deste serviço, são empregados recursos humanos e materiais, que em conjunto, são capazes de uma maior efetividade em ocorrências. Para tanto, faz-se fundamental a aquisição de equipamentos que proporcionem um atendimento técnico e seguro ao profissional bombeiro militar, e que possibilitem aos combatentes maior probabilidade de sucesso nos atendimentos prestados.

O combate a incêndios em carros elétricos, híbridos e convencionais apresentam desafios únicos devido a suas peculiaridades que são às baterias de íon-lítio, que podem entrar em um estado chamado "fuga térmica". Quando uma célula da bateria entra em combustão, ela pode desencadear uma reação em cadeia, afetando outras células e aumentando a intensidade do incêndio. Isso torna difícil extinguir completamente o fogo pelo método convencional de resfriamento. Apagar um incêndio em um carro elétrico frequentemente exige milhares de litros de água para resfriar as baterias, o que pode não estar prontamente disponível. Para lidar com esses desafios, treinamentos especializados, equipamentos adequados e a utilização de novas tecnologias, como Mantas corta fogo, ajuda a conter o fogo, reduzindo a propagação das chamas e limitando os danos ao ambiente tornando uma forte aliada na redução dos gases nocivos existente nas baterias, protegendo as equipe de bombeiros militares nos atendimento as ocorrências. O uso de uma Manta corta fogo proporciona uma barreira física contra altas temperaturas, aumentando a segurança dos profissionais que atuam no combate ao fogo;

2.9. A quantidade pretendida para aquisição com este procedimento, tem como objetivo de suprir a demanda elencada nesse processo SEI nº 08810213.000054/2025-40 onde os representantes de comando operacional dos grupamentos informaram suas necessidades e seus quantitativos.

2.10. A necessidade de aquisição de Mantas corta-fogo de combate a incêndios, especificamente em veículos elétricos, híbridos e convencional, para o Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte (CBMRN), se fundamenta na contínua e urgente demanda por materiais que garantam a segurança dos militares a eficiência e a efetividade das ações visando salvaguardar bens e a incolumidade física dos envolvidos nos possíveis eventos. O Corpo de Bombeiros desempenha uma função essencial no combate a incêndios e no salvamento de vidas, sendo indispensável que seus profissionais estejam devidamente protegidos contra riscos diversos, como o calor extremo, agentes químicos, e até mesmo o risco de lesões decorrentes de quedas ou impactos. A manta corta-fogo tende a atender às exigências de prevenção e segurança contra incêndio, representadas através requisitos nacionais ou globais de prevenção e mitigação de riscos de incêndios em equipamentos e armazenagem de energia elétrica, reduzir e limitar a propagação das chamas e fumaça, retardar o tempo princípio do incêndio generalizado, prevenir a perda de vidas, minimizar a perda de bens e propriedades, Garantir a segurança das pessoas em um eventual caso de incêndio, permitindo a evacuação do local em tempo hábil e de forma segura, atender às Normas e Legislações solicitadas pelo Corpo de Bombeiros de forma a obter controle e rastreabilidade de todas as medidas empregadas de proteção passiva contra o fogo.

2.11. A atuação da corporação, envolve exposição a condições adversas que podem colocar em risco a integridade física dos bombeiros que atuam nas ocorrências de combate aos diversos tipos de incêndio em particular em equipamentos e armazenagem de energia elétrica como nos casos de incêndio em veículos elétricos e híbridos. Esses profissionais enfrentam temperaturas elevadas, fumaça densa, e a possibilidade de contato com substâncias tóxicas. Por essa razão, o uso de EPIs adequados se configura como uma medida preventiva crucial para assegurar a saúde e segurança dos agentes, permitindo-lhes realizar suas atividades com maior eficácia e sem comprometer sua integridade.

2.12. Contudo, a partir da aquisição destes equipamentos e materiais, serão ofertadas condições mais adequadas para atendimento as ocorrências de incêndios em veículos elétricos, híbridos e convencional , dentro dos padrões estabelecidos por nossa Instituição Militar, no âmbito da razoabilidade técnico/operacional, com um material de qualidade e mais adequado ao serviço, com uma potencial melhora voltada ao atendimento a alguns tipos de o que tem a sua especificidade de incêndios, prestado pelas Unidades Operacionais do CBMRN.

2.13. Por se tratar de bens comuns, que estão disponíveis e são amplamente utilizados, entende-se como mais vantajosa para a Administração Pública, a **aquisição** dos itens por licitação, através de pregão na forma eletrônica.

3. **DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

3.14. **A contratação objeto do presente processo se alinha com o Plano Plurianual 2024-2027 do CBMRN, conforme especificado abaixo:**

3.14.1. A Diretriz 063: Implementação de uma política de segurança pública com ênfase em reestruturação, reordenamento, fortalecimento e modernização dos órgãos de segurança, especialmente no que se refere às condições de trabalho e valorização pessoal dos trabalhadores em segurança;

3.14.2. O Objetivo Geral 632: Promover cidadania, Segurança Pública e Valorização dos Bombeiros Militares no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte;

3.14.3. O Objetivo Específico 258: Fortalecer a Gestão Institucional;

3.14.4. Entrega: 264 Aquisição de Insumos e Equipamentos para o desenvolvimento das atividades institucionais do CBMRN.

3.15. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025 (PCA 2025), conforme detalhamento a seguir:

3.15.5. ID PCA no PNCP: 04994771000100-0-000001/2026

3.15.5.1. Data de publicação no PNCP: 17/12/2025

3.15.5.2. Id do item no PCA: 868

3.15.5.3. Classe/Grupo: 4210

3.15.5.4. Identificador da futura contratação: 925541-62/2026

3.16. A presente contratação encontra-se alinhada com o Plano Estratégico do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte, com base na Perspectiva, Objetivo Estratégico e iniciativa estratégica abaixo:

3.16.6. Perspectiva: Gestão Institucional;

3.16.7. Objetivo Estratégico 6: Estruturar e modernizar os recursos materiais da Corporação;

3.16.8. Iniciativa Estratégica 33: Realizar a aquisição de equipamentos, materiais e insumos para atividade operacional e administrativa, de acordo com o que há de melhor no mercado.

3.17. A aquisição entã prevista no PPA 2024-2027 e também no PCA 2026, tratando-se de fornecimento indispensável ao serviço do CBMRN.

4. **DO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

4.18. A presente contratação não adotara o parcelamento de acordo o que consta no Art. 40,§ 3º, I,II,III da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021

5. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

5.19. A descrição da solução como um todo encontra-se descrita em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, pormenorizando-se suas características do objeto a ser contratado nos termos abaixo:

Item	Nome do Item	Especificações do Item
01	Mantas corta-fogo/manta contra incêndio	<p>Descrição Básica: Manta contra fogo, equipamento extintor de incêndio para atuação em ocorrências com veículos elétricos, híbridos e convencionais, eficiente para isolar o incêndio e limitar o crescimento da fumaça em ambientes confinados com capacidade de cobrir qualquer tamanho de carro inclusive SUV e veículos todo-o-terreno.</p> <p>Tamanho: 48 m² com capacidade de cobrir qualquer tamanho de veículos inclusive SUVs grande e veículos todo-o-terreno com, peso até 40 kg com número de uso de até 30 vezes</p> <p>Propriedade</p> <p>Especificações</p> <ul style="list-style-type: none">• Manta Car Pro X Fire Blanket ou similar/equivalente – 6,00 x 8,00 m• Reutilização: Reutilizável até 30 aplicações• Dimensões/Peso: ± 6,0 x 8,0 m / ± 26 kg• Material do núcleo: Grafite 340 g/m²• Revestimento: Polímero de silicone ± 160 g/m² (possibilidade de chamas residuais no primeiro uso)

- Fios: Urdidura 396 Tex / Trama 396 Tex
- Contagem de fios: Urdidura 4,5 fios/cm / Trama 4,0 fios/cm
- Resistência à tração: Warp 3.000 N/50 mm / Weft 3.600 N/50 mm
- Peso superficial: 340 g/m²
- Espessura: 0,32 mm
- Temperatura de serviço (tecido do núcleo):
- Curto prazo: até ± 2.500 °C *
- Longo prazo: até ± 1.500 °C

Composição, Características Técnica dos Materiais, A Manta corta-fogo feita em tecido composto por grafite mais revestimento de silicone especial para altas temperaturas ou de tecido de fibra de vidro com revestimento de polímero especial retardante de chamas em ambos os lados que suporte uma temperatura de até 2500°C (fusão) até 1.500 °C (em operação) e atendas as normas DIN EN 12654, DIN EN 1049, ISO 4606, EN 12127, DIN ISO 4606, UNE EN 13501, EN 13934-1, Urdume 5000N/5cm ±10% Trama 4277 N/5cm ±10%, Resistência à tração EN 13934-1, Urdume 5000N/5cm ±10% Trama 4277 N/5cm ±10% e suporte uma temperatura de até 2500°C (fusão) até 1.500 °C (em operação)

Embalagens: Bolsa hermética que bloqueia odores e gases da manta previamente utilizada; Com alças para transporte e tiras para fechamento; Acompanha kit de reparo para a manta, no bolso lateral; graxa de silicone no zíper para manter a bolsa hermética e sem cheiro..

5.20. A aquisição de materiais e equipamentos operacionais necessários para o Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte, tem o objetivo de aprimorar a capacidade de atendimento com eficácia a eficiência operacional da instituição, garantindo uma melhor segurança dos profissionais durante as ações de combate ao incêndio e salvamento.

5.21. Os equipamentos de operacionais a serem adquiridos devem atender às seguintes especificações mínimas, conforme as necessidades operacionais e técnicas do Corpo de Bombeiros:

- a) O equipamento a ser fornecido deverá ser certificado pelos órgãos competentes (ABNT, NBR, entre outros) e possuir garantia mínima de funcionalidade de acordo com os termos da legislação aplicável.
- b) A implementação dos equipamentos dispensa treinamento específico para os profissionais do Corpo de Bombeiros por serem equipamentos já conhecidos e de uso corrente.
- c) Além disso, a solução proposta deve contemplar a logística de entrega dos materiais e equipamentos, respeitando o cronograma estabelecido e os prazos definidos na licitação. A entrega deverá ser feita diretamente no almoxarifado central do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte, com a devida conferência e inspeção dos materiais quanto à conformidade com as especificações acordadas.

5.22. A contratação dar-se-á por licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, por se tratar de bens comuns e por privilegiar a competitividade e a transparência. A proposta de aquisição será analisada com base no critério de **menor preço**, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, considerando a qualidade dos materiais e equipamentos ofertados. A proposta econômica deve incluir:

- Preço unitário do equipamento, com especificação detalhada das quantidades a serem adquiridas.
- Garantia de que os preços praticados são compatíveis com os valores de mercado e que as condições de pagamento são favoráveis à Administração Pública.
- Condições de troca dos equipamentos após a entrega, incluindo custos envolvidos em eventuais reparos e reposições.

5.23. Além disso, o processo licitatório deve assegurar que não haja superfaturamento nos preços e que a contratação ocorra de acordo com a melhor relação custo-benefício para a Administração Pública.

5.24. A aquisição dos equipamentos de combate a incêndio está sujeita a diversas regulamentações, as quais devem ser observadas para garantir a conformidade legal do processo de licitação e da contratação. Os aspectos legais incluem:

- **Lei nº 14.133/2021:** Aplicação dos princípios e normas estabelecidos pela nova Lei de Licitações e Contratos, garantindo a transparência, a competitividade, a isonomia e a eficiência.
- **Certificação dos Equipamentos:** Os equipamentos adquiridos devem estar de acordo com as normas e regulamentações da ABNT e NBR e outras, conforme a legislação específica de segurança de equipamentos de proteção individual.
- **Contratação de Pessoa Jurídica:** A empresa contratada deverá ser uma pessoa jurídica legalmente habilitada para fornecer os materiais e equipamentos conforme as exigências de mercado e as certificações necessárias.
- **Responsabilidade Ambiental:** A empresa fornecedora deve observar as normas ambientais, incluindo o descarte adequado de materiais e equipamentos, de forma que não cause impactos negativos ao meio ambiente.

5.25. Os prazos para a entrega dos materiais e equipamentos devem ser estabelecidos de forma clara no edital, sendo importante garantir que a entrega ocorra dentro dos prazos de urgência, considerando a criticidade dos itens para a operação do Corpo de Bombeiros.

5.26. A Administração Pública deverá realizar a fiscalização da execução contratual, através de gestores (titular e suplente) e fiscais (titular e suplente) por meio de acompanhamento contínuo da entrega, dos equipamentos. A empresa contratada deverá fornecer todas as informações necessárias para o monitoramento da execução, incluindo relatórios periódicos e prestação de contas detalhada.

5.27. A aquisição de equipamentos para o Corpo de Bombeiros, por meio de licitação conforme a Lei nº 14.133/2021, visa garantir a melhoria das condições de atendimento de ocorrências incêndio em veículos híbridos, elétricos, convencionais e correlatos, além de proporcionar melhores condições de trabalho e segurança para os bombeiros. A solução proposta contempla todos os aspectos técnicos, operacionais, econômicos e legais, com o objetivo de assegurar a eficiência, a transparência e o cumprimento das necessidades da Administração Pública.

5.28. Com a adoção desta abordagem, a contratação será feita de maneira objetiva e transparente, respeitando os princípios legais e assegurando a entrega de soluções que atendam adequadamente às exigências do Corpo de Bombeiros.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio

6.29. O objeto deve atender às especificações mínimas constantes no subitem 6.1 e possuir, no que se aplica, certificação, registro ou selo de conformidade emitido por entidade competente como o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO e a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, dentre outras.

6.30. Assegurar que os equipamentos possuam uma garantia, respeitado o disposto na Lei nº 8.078/1990.

Requisitos de Capacitação

6.31. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica pela contratada para a utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

Requisitos Legais

6.32. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), ao Decreto Estadual nº 32.449, de 7 de março de 2023, e a demais normas aplicáveis.

Requisitos de Manutenção

6.33. Não há necessidade de manutenções pela contratada.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

6.34. Os equipamentos devem estar aderente à Lei Federal nº 12.305/2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

6.34.9. No que couber, visando a atender ao disposto na legislação aplicável, a contratada deverá priorizar, para o fornecimento do objeto, a utilização de bens que sejam no todo ou em parte compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis.

Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

6.35. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

6.36. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

6.37. A garantia será prestada com vistas a manter os objetos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

6.38. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

6.39. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência própria e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

Requisitos de Experiência Profissional

6.40. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação.

Requisitos de Formação de Equipe

6.41. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

Sustentabilidade

6.42. Em atenção à Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Decreto n. 7.746, de 5 de junho de 2012, que estabelece critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública, exige-se, considerando os seguintes critérios de sustentabilidade:

6.43. Demonstração (mediante apresentação de catálogos, especificações, manuais, etc.) que os equipamentos/materiais fornecidos, não contém substâncias perigosas que venha por em risco a saúde dos militares usuários dos mesmos

Subcontratação

6.44. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

6.45. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pois se trata de fornecimento de bens, com baixo risco para a Administração Pública, que somente efetuará o pagamento após o recebimento do bem, além de evitar a possível onerosidade e restrição da competição, uma vez que a exigência de garantia tende a aumentar os custos da contratada.

Requisitos de Participação – Tratamento Diferenciado (ME/EPP)

6.46. Considerando a natureza do objeto, não será aplicada a reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte, prevista nos arts. 47 e 49, III da Lei Complementar nº 123/2006, em razão da necessidade de padronização técnica e operacional dos equipamentos a serem adquiridos.

6.47. A padronização mostra-se indispensável para assegurar a uniformidade de desempenho, a segurança dos bombeiros militares e a eficiência nas operações de combate a incêndio, evitando variações entre materiais que possam comprometer o uso conjunto e a previsibilidade operacional.

6.48. Nos termos do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, a padronização constitui diretriz relevante da contratação, de modo que a eventual divisão em cotas poderia acarretar prejuízo à qualidade, à segurança e à eficiência da solução, sem prejuízo da ampla participação de ME/EPP no certame.

Da Participação em Consórcio

6.49. Não será admitida a participação de empresas em consórcio na presente contratação, tendo em vista que o objeto consiste no fornecimento de bens comuns, com especificações técnicas bem definidas e amplamente disponíveis no mercado, não demandando a conjugação de capacidades técnicas ou operacionais de múltiplas empresas. Ademais, a vedação ao consórcio visa preservar a padronização da solução, a responsabilidade direta pela execução contratual e a maior eficiência na gestão e fiscalização do contrato, nos termos dos princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da ampla competitividade do certame.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução do objeto

7.50. A execução do objeto consistirá no fornecimento de **33 (trinta e três) mantas corta-fogo**, conforme especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, destinadas ao uso operacional do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Norte – CBMRN .

7.51. O fornecimento será realizado em **remessa única**, devendo a contratada observar rigorosamente as especificações técnicas, quantitativas e qualitativas estabelecidas, bem como as normas técnicas aplicáveis (ABNT, NBR e correlatas).

7.52. A execução contratual deverá observar os princípios da **eficiência, economicidade, segurança operacional e interesse público**, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Prazo e local de entrega

7.53. A entrega dos equipamentos deverá ser realizada no Almoxarifado do Centro de Logística do CBMRN, situado na Avenida Prudente de Moraes, nº 2410, bairro Barro Vermelho, Natal/RN, CEP 59.022-545

7.54. O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta)** dias corridos, em remessa única, contados da data da publicação do Contrato em Diário Oficial, podendo ser prorrogado por igual período. Essa prorrogação poderá ser solicitada pela contratada e será concedida mediante justificativa formal, estando sujeita à aceitação pelo contratante, de comum acordo, conforme previsto na legislação aplicável;

7.55. Os bens deverão ser entregues devidamente acondicionados, embalados, identificados e acompanhados de nota fiscal e documentação técnica pertinente.

Obrigações da contratada

7.56. Fornecer os bens em estrita conformidade com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência.

- 7.57. Garantir que os produtos sejam novos, sem uso, e estejam em perfeito estado de funcionamento.
- 7.58. Responsabilizar-se por todas as despesas relacionadas ao fornecimento, incluindo transporte, carga, descarga, seguros, tributos e demais encargos.
- 7.59. Substituir, no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, quaisquer bens que apresentem defeitos, vícios ou desconformidades com as especificações exigidas.
- 7.60. Fornecer garantia conforme legislação vigente, assegurando a qualidade e durabilidade dos produtos.
- 7.61. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.

Obrigações da contratante

- 7.62. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas.
- 7.63. Verificar minuciosamente a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- 7.64. Comunicar à contratada, por escrito, quaisquer irregularidades verificadas.
- 7.65. Efetuar o pagamento à contratada após o cumprimento das condições estabelecidas.
- 7.66. Designar fiscal e gestor do contrato para acompanhamento da execução, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

Forma de execução

- 7.67. A execução do objeto dar-se-á de forma **indireta, sob regime de fornecimento integral**, por empresa especializada.
- 7.68. O fornecimento deverá observar:

- Conformidade com as especificações técnicas detalhadas;
- Atendimento às normas de segurança e certificações exigidas;
- Compatibilidade com o uso operacional do CBMRN.

- 7.69. Não será admitida a subcontratação do objeto.

Critérios de qualidade e aceitação

- 7.70. Os bens serão submetidos a:
- **Recebimento provisório**, no ato da entrega;
 - **Recebimento definitivo**, após verificação técnica, no prazo de até 10 dias úteis .
- 7.71. Serão rejeitados os bens que:
- Não atendam às especificações técnicas;
 - Apresentem defeitos ou avarias;
 - Estejam em desacordo com normas técnicas aplicáveis.

- 7.72. A aceitação definitiva não exclui a responsabilidade da contratada quanto à qualidade e garantia do produto.

Sustentabilidade e conformidade legal

- 7.73. A execução do objeto deverá observar critérios de sustentabilidade, conforme a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).
- 7.74. Os materiais fornecidos deverão, sempre que possível:
- Ser recicláveis ou biodegradáveis;
 - Não conter substâncias nocivas à saúde dos usuários.

Sanções por inadimplemento

- 7.75. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a contratada às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, incluindo:

- Advertência;
- Multa;
- Suspensão de licitar e contratar;
- Declaração de inidoneidade;

- 7.76. As penalidades serão aplicadas mediante processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 8.77. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- 8.78. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;
- 8.79. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
- 8.80. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 8.81. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente; o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 8.82. O Corpo de Bombeiros do RN poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 8.83. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#));

8.83.10. O fiscal titular do contrato será o **2º TEN QOEMBM Felipe Augusto NOVAES** da Silva, matrícula nº 241.544-5 e o fiscal suplente **2º TEN QOEMBM Humberto ARIMATÉIA Junior**, matrícula nº 242.859-8;

8.84. O fiscal de contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, III);

8.84.11. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, II);

8.84.12. O fiscal de contrato notificará formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, X);

8.84.13. O fiscal de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

8.85. O gestor de contrato deverá acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, o qual terá apoio técnico e operacional do fiscal de contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

8.85.14. O gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022

8.85.15. O gestor titular do contrato será o **2º TEN QOEMBM CAIO** Víctor Alves de Araújo Lima, matrícula nº 226.963-5 e o gestor suplente **2º TEN QOEMBM CARLOS** Humberto **ALVES** Bezerra Filho, matrícula nº 241.541-0.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do objeto

9.86. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.87. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

9.88. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

9.89. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

9.90. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

9.91. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

9.92. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

9.93. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- d) o prazo de validade;
- e) a data da emissão;
- f) os dados do contrato e do órgão contratante;
- g) o período respectivo de execução do contrato;
- h) o valor a pagar; e
- i) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.94. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.95. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.96. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;

9.97. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

9.98. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado;

9.99. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

9.100. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 9.101. O pagamento poderá ser efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa;
- 9.102. No caso de atraso pelo Contratante, eventuais índices de correção monetária a serem aplicados para atualização do valor deverão ser os índices de correção estabelecidos oficialmente.

Forma de pagamento

- 9.103. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;
- 9.104. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
- 9.105. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;
- 9.105.16. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;
- 9.106. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Do reajuste de preços

- 9.107. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 9.108. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade
- 9.109. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 9.110. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 9.111. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 9.112. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 9.113. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 9.114. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 9.115. Optou-se pela utilização do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, calculado e divulgado pelo **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, por ser o indicador oficial que **mede a variação dos preços de bens e serviços consumidos pelas famílias brasileiras**, refletindo de forma ampla e atualizada o comportamento inflacionário da economia.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 10.116. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento por MENOR PREÇO.

Exigências de habilitação

- 10.117. Previamente a análise dos documentos necessários à habilitação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para a contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
- 10.117.17. Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores - SICAF;
- 10.117.18. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- 10.117.19. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- 10.118. Para fins de habilitação, deverá o licitante com os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 10.119. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 10.120. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 10.121. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.122. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;
- 10.123. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.124. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 10.125. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- 10.126. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 10.127. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 10.128. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 10.129. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

- 10.130. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 10.131. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, se for o caso;
- 10.132. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 10.133. Prova de quitação de tributos devidos à Fazenda Estadual do RN (art. 193 do CTN);
- 10.134. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais/Distritais ou Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.135. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020 e na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11. **ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 11.136. O valor de referência da contratação é de R\$ 1.463.078,43 (um milhão, quatrocentos e sessenta e três mil setenta e oito reais e quarenta e três centavos), conforme pesquisa de preços registrada no documento SEI nº (40175852)

12. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 12.137. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Estado.
- 12.138. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- **Classificação Funcional Programática:** 32.131.06.182.0100.2121.212101 – Manutenção e Funcionamento de Unidades Operacionais e Administrativas do CBMRN;
- **Elemento de Despesa:** 33.90.30.28 – Material de proteção e segurança;
- **Fonte de Recursos:** 759 – Recursos vinculados a fundos;

13. **ANEXOS**

- 13.139. ANEXO I - Estudo Técnico Preliminar (38043113).

Natal, 08/04/2026.

(assinado eletronicamente)
RAFFAEL PEREIRA DE **ANDRADE SILVA** - CEL QOEM
Chefe do Centro de Planejamento e Instrução Processual de Contratações

(assinado eletronicamente)
SAMUEL WAGNER **DANTAS REVOREDO** - SD QPBM
Membro do Centro de Planejamento e
Instrução Processual de Contratações

(assinado eletronicamente)
MISAE **PEREIRA DE ANDRADE SILVA** - SD QPBM
Membro do Centro de Planejamento e
Instrução Processual de Contratações



Documento assinado eletronicamente por **MISAE PEREIRA DE ANDRADE SILVA**, Soldado QPBM, em 08/04/2026, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **SAMUEL WAGNER DANTAS REVOREDO**, Soldado QPBM, em 08/04/2026, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAFFAEL PEREIRA DE ANDRADE SILVA**, Coronel QOEM BM, em 08/04/2026, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ FELIPE ALCÂNTARA DO NASCIMENTO**, Soldado QPBM, em 08/04/2026, às 16:56, conforme horário oficial de Brasília, com [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **THÁCIO PIMENTA DE ALMEIDA MEDEIROS**, Soldado QPBM, em 09/04/2026, às 09:42, conforme horário oficial de Brasília, com [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=40104702 e o código CRC **D382A706**.



CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 08810213.000090/2025-11

1. DO OBJETO

1.1. O presente processo tem como objeto o fornecimento de 33 (Trinta e três) Mantas corta-fogo de combate a incêndios em carros elétricos, híbridos e convencionais para o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Norte (CBMRN) conforme Informação 17 (33060097)

ORDEM	UNID.OPERACIONAL	DESCRIÇÃO	C
01	1ºSGB/1ºGBM (Natal)	Lona de Combate a incêndio	0:
02	2ºSGB/1ºGBM (SGA)	Lona de Combate a incêndio	0:
03	1ºSGB/2ºGBM (Parnamirim)	Lona de Combate a incêndio	0:
04	2ºSGB/2ºGBM (Goianinha)	Lona de Combate a incêndio	0:
05	1ºSGB/3ºGBM (Mossoró)	Lona de Combate a incêndio	0:
06	2ºSGB/3ºGBM (PDF)	Lona de Combate a incêndio	0:
07	1ºSGB/4ºGBM (Caicó)	Lona de Combate a incêndio	0:
08	2ºSGB/4ºGBM (Currais Novos)	Lona de Combate a incêndio	0:
09	Acréscimo de 50% para estoque COBM	Lona de Combate a incêndio	1:
TOTAL			3:

2. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.2. A necessidade de aquisição de Mantas corta-fogo de combate a incêndios, especificamente em veículos elétricos, híbridos e convencionais, para o Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte (CBMRN), se fundamenta na contínua e urgente demanda por materiais que garantam a segurança dos militares a eficiência e a efetividade das ações visando salvaguardar bens e a incolumidade física dos envolvidos nos possíveis eventos. O Corpo de Bombeiros desempenha uma função essencial no combate a incêndios e no salvamento de vidas, sendo indispensável que seus profissionais estejam devidamente protegidos contra riscos diversos, como o calor extremo, agentes químicos, e até mesmo o risco de lesões decorrentes de quedas ou impactos. A manta corta-fogo tende a atender às exigências de prevenção e segurança contra incêndio, representadas através requisitos nacionais ou globais de prevenção e mitigação de riscos de incêndios em equipamentos e armazenagem de energia elétrica, reduzir e limitar a propagação das chamas e fumaça, retardar o tempo princípio do incêndio generalizado, prevenir a perda de vidas, minimizar a perda de bens e propriedades, Garantir a segurança das pessoas em um eventual caso de incêndio, permitindo a evacuação do local em tempo hábil e de forma segura, atender às Normas e Legislações solicitadas pelo Corpo de Bombeiros de forma a obter controle e rastreabilidade de todas as medidas empregadas de proteção passiva contra o fogo

2.3. A atuação da corporação, envolve exposição a condições adversas que podem colocar em risco a integridade física dos bombeiros que atuam nas ocorrências de combate aos diversos tipos de incêndio em particular em equipamentos e armazenagem de energia elétrica como nos casos de incêndio em veículos elétricos e híbridos. Esses profissionais enfrentam temperaturas elevadas, fumaça densa, e a possibilidade de contato com substâncias tóxicas. Por essa razão, o uso de EPIs adequados se configura como uma medida preventiva crucial para assegurar a saúde e segurança dos agentes, permitindo-lhes realizar suas atividades com maior eficácia e sem comprometer sua integridade.

2.4. Contudo, a partir da aquisição destes equipamentos e materiais, serão ofertadas condições mais adequadas para atendimento as ocorrências de incêndios em veículos elétricos, híbridos e convencionais, dentro dos padrões estabelecidos por nossa Instituição Militar, no âmbito da razoabilidade técnico/operacional, com um material de qualidade e mais adequado ao serviço, com uma potencial melhora voltada ao atendimento a alguns tipos de o que tem a sua especificidade de incêndios, prestado pelas Unidades Operacionais do CBMRN.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.5. O Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte (CBMRN), foi criado através da lei nº 424, de 29 de novembro de 1917, emancipado através da Lei Complementar Estadual do RN nº 230, de 22 de março de 2002 e regulamentada pelo Decreto nº 16.038, de 02 de maio de 2002, tem como uma de suas atribuições salvaguardar vidas e bens por meio dos seus serviços operacionais especializados resgate, combate e prevenção em incêndios. Vejamos:

Lei Complementar Estadual do RN nº 230/2002:

Art. 1º. O Corpo de Bombeiros Militar do Estado, instituição permanente, força auxiliar e reserva do Exército brasileiro, organizado com base na hierarquia e na disciplina, destina-se à execução das atividades de defesa civil e aos **serviços específicos de bombeiros militares**, bem como à participação, através de organismos especializados, na defesa do meio ambiente.

Art. 2º. São funções institucionais do Corpo de Bombeiros Militar, dentre outras:

[...]

I - atuar na **execução das atividades de defesa civil**;

II - realizar os serviços de prevenção e combate aos incêndios;

III - participar, através de órgãos especializados, da defesa do meio ambiente, atuando como órgão estadual encarregado da guarda militar do patrimônio ambiental do Estado, de modo a **zelar pela prevenção e combate a incêndios florestais**, bem como pela fiscalização efetiva quanto ao cumprimento da legislação ambiental no que diz respeito à preservação da fauna e da flora e, ainda, à proteção contra as ações de degradação do solo, do ar e dos mananciais aquíferos;

IV - realizar atividades de **resgate, busca e salvamento**;

3.6. Os Grupamentos de Bombeiro do CBMRN são os principais responsáveis por todas as ações terrestres e em altura, de busca, resgate, salvamento e combate e prevenção em incêndios da instituição e do meio ambiente. Para a execução deste serviço, são empregados recursos humanos e materiais, que em conjunto, são capazes de uma maior efetividade em ocorrências. Para tanto, faz-se fundamental a aquisição de equipamentos que proporcionem um atendimento técnico e seguro ao profissional bombeiro militar, e que possibilitem aos combatentes maior probabilidade de sucesso nos atendimentos prestados. O combate a incêndios em carros elétricos, híbridos e convencionais apresenta desafios único devido a sua peculiaridade que são às baterias de íon-lítio, que podem entrar em um estado chamado "fuga térmica" Quando uma célula da bateria entra em combustão, ela pode desencadear uma reação em cadeia, afetando outras células e aumentando a intensidade do incêndio. Isso torna difícil extinguir completamente o fogo pelo método convencional de resfriamento. Apagar um incêndio em um carro elétrico frequentemente exige milhares de litros de água para resfriar as baterias, o que pode não estar prontamente disponível. Para lidar com esses desafios, treinamentos especializados, equipamentos adequados e a utilização de novas tecnologias, como Mantas corta fogo, ajuda a conter o fogo, reduzindo a propagação das chamas e limitando os danos ao ambiente tornando uma forte aliada na redução dos gases nocivos existente nas baterias,

protegendo as equipe de bombeiros militares nos atendimento as ocorrências. O uso de uma Manta corta fogo proporciona uma barreira física contra altas temperaturas, aumentando a segurança dos profissionais que atuam no combate ao fogo;

3.7. A quantidade pretendida para aquisição com este procedimento, tem como objetivo de suprir a demanda elencada nesse processo SEI nº 08810213.000054/2025-40 onde os representantes de comando operacional dos grupamentos informaram suas necessidades e seus quantitativos..

4. DO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

4.8. Em atenção ao apontamento apresentado na análise processual, informa-se que a contratação pretendida refere-se à aquisição de 33 (trinta e três) mantas corta-fogo destinadas ao emprego operacional do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte – CBMRN.

4.9. Após reavaliação dos documentos da fase preparatória, verifica-se que a intenção da Administração é promover a contratação sem parcelamento do objeto, conforme devidamente fundamentado no Estudo Técnico Preliminar. A aquisição conjunta das mantas corta-fogo mostra-se a solução mais adequada sob os aspectos técnico, administrativo e econômico, uma vez que os bens possuem a mesma especificação técnica, destinam-se à mesma finalidade operacional e serão distribuídos de forma planejada às unidades da Corporação.

4.10. A adoção de fornecedor único contribui para a padronização dos materiais adquiridos, assegurando uniformidade quanto às características, desempenho, qualidade, garantia e vida útil dos equipamentos, fatores relevantes para o emprego operacional e para a gestão patrimonial da instituição.

4.11. Além disso, o parcelamento da contratação não proporcionaria ganhos significativos de competitividade ou economicidade, tendo em vista a natureza comum e padronizada do objeto, podendo, ao contrário, acarretar aumento da complexidade administrativa, multiplicação de procedimentos de recebimento, fiscalização e gestão contratual, bem como potenciais divergências de qualidade entre produtos fornecidos por diferentes empresas.

4.12. Dessa forma, conclui-se que o não parcelamento do objeto atende ao interesse público e se mostra técnica e economicamente mais vantajoso para a Administração, em consonância com o disposto no art. 40, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

4.13. Assim, para sanar a inconsistência apontada, será promovida a retificação da Minuta do Edital, adequando-a ao entendimento constante do Estudo Técnico Preliminar, de modo que o critério de julgamento passe a ser o de menor preço global, preservando a coerência entre os documentos da fase de planejamento e garantindo a observância dos princípios da eficiência, da economicidade, da motivação e da segurança jurídica.

5. DO SETOR REQUISITANTE

5.14. A Comando Operacional Bombeiro Militar é o setor demandante, que verificou a necessidade de contratação de empresa para fornecimento do objeto a partir de levantamento da necessidade junto as unidades Operacionais do CBMRN.

6. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

6.15. Os materiais/equipamentos pretendidos possuem as seguintes especificações:

Item	Nome do Item	Especificações do Item
01	Mantas corta-fogo/manta contra incêndio	<p>Descrição Básica: Manta contra fogo, equipamento extintor de incêndio para atuação em ocorrências com veículos elétricos, híbridos e convencionais, eficiente para isolar o incêndio e limitar o crescimento da fumaça em ambientes confinados com capacidade de cobrir qualquer tamanho de carro inclusive SUV e veículos todo-o-terreno.</p> <p>Tamanho: 48 m² com capacidade de cobrir qualquer tamanho de veículos inclusive SUVs grande e veículos todo-o-terreno com, peso até 40 kg com número de uso de até 30 vezes</p> <p>Especificações</p> <ul style="list-style-type: none">• Manta Car Pro X Fire Blanket – 6,00 x 8,00 m• Reutilização: Reutilizável até 30 aplicações• Dimensões/Peso: ± 6,0 x 8,0 m / ± 26 kg• Material do núcleo: Grafite 340 g/m²• Revestimento: Polímero de silicone ± 160 g/m² (possibilidade de chamas residuais no primeiro uso)• Fios: Urdidura 396 Tex / Trama 396 Tex• Contagem de fios: Urdidura 4,5 fios/cm / Trama 4,0 fios/cm• Resistência à tração: Warp 3.000 N/50 mm / Weft 3.600 N/50 mm• Peso superficial: 340 g/m²• Espessura: 0,32 mm• Temperatura de serviço (tecido do núcleo):• Curto prazo: até ± 2.500 °C *• Longo prazo: até ± 1.500 °C <p>Composição, Características Técnica dos Materiais, A Manta corta-fogo feita em tecido composto por grafite mais revestimento de silicone especial para altas temperaturas ou de tecido de fibra de vidro com revestimento de polímero especial retardante de chamas em ambos os lados que suporte uma temperatura de até 2500°C (fusão) até 1.500 °C (em operação) e atendas as normas DIN EN 12654, DIN EN 1049, ISO 4606, EN 12127, DIN ISO 4606, UNE EN 13501, EN 13934-1, Urdume 5000N/5cm ±10% Trama 4277 N/5cm ±10%, Resistência à tração EN 13934-1, Urdume 5000N/5cm ±10% Trama 4277 N/5cm ±10% e suporte uma temperatura de até 2500°C (fusão) até 1.500 °C (em operação)</p> <p>Embalagens: Bolsa hermética que bloqueia odores e gases da manta previamente utilizada; Com alças para transporte e tiras para fechamento; Acompanha kit de reparo para a manta, no bolso lateral; graxa de silicone no zíper para manter a bolsa hermética e sem cheiro.</p>

6.16. Os Itens objeto do presente processo serão entregues em parcela única.

7. DA NATUREZA DO OBJETO

7.17. Os objetos a serem contratados se enquadram na categoria de bens comuns de que trata a Lei nº 14.133/2021, caracterizados como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais do mercado.

7.18. Os objetos da contratação não se enquadram como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818/2021.

8. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio

8.19. O objeto deve atender às especificações mínimas constantes no subitem 6.1 e possuir, no que se aplica, certificação, registro ou selo de conformidade emitido por entidade competente como o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO e a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, dentre outras.

8.20. Assegurar que os equipamentos possuam uma garantia, respeitado o disposto na Lei nº 8.078/1990.

Requisitos de Capacitação

8.21. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica pela contratada para a utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

Requisitos Legais

8.22. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), ao Decreto Estadual nº 32.449, de 7 de março de 2023, e a demais normas aplicáveis.

Requisitos de Manutenção

8.23. Não há necessidade de manutenções pela contratada.

Requisitos Temporais

8.24. A entrega dos equipamentos deverá ser realizada no Almoxarifado do Centro de Logística do CBMRN, situado na Avenida Prudente de Moraes, 2410, Barro Vermelho, Natal/RN, CEP: 59.022-545, e efetivada no prazo de 60 (sessenta) dias corridos a contar do recebimento da nota de empenho, emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

8.25. Os equipamentos devem estar aderente à Lei Federal nº 12.305/2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

8.25.1. No que couber, visando a atender ao disposto na legislação aplicável, a contratada deverá priorizar, para o fornecimento do objeto, a utilização de bens que sejam no todo ou em parte compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis.

Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

8.26. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

8.27. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

8.28. A garantia será prestada com vistas a manter os objetos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

8.29. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

8.30. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência própria e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

Requisitos de Experiência Profissional

8.31. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação.

Requisitos de Formação de Equipe

8.32. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

Sustentabilidade

8.33. Em atenção à Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Decreto n. 7.746, de 5 de junho de 2012, que estabelece critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública, exige-se, considerando os seguintes critérios de sustentabilidade:

8.34. Demonstração (mediante apresentação de catálogos, especificações, manuais, etc.) que os equipamentos/materiais fornecidos, não contém substâncias perigosas que venha por em risco a saúde dos militares usuários dos mesmos

Subcontratação

8.35. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

8.36. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pois se trata de fornecimento de bens, com baixo risco para a Administração Pública, que somente efetuará o pagamento após o recebimento do bem, além de evitar a possível onerosidade e restrição da competição, uma vez que a exigência de garantia tende a aumentar os custos da contratada.

9. DA ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DA CONTRATAÇÃO

9.37. O presente processo tem como objeto o fornecimento de 33 (Trinta e três) Mantas corta-fogo de combate a incêndios em carros elétricos, híbridos e convencionais para o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Norte (CBMRN) conforme Informação 17 (33060097).

ORDEM	UNID.OPERACIONAL	DESCRIÇÃO	C
01	1ºSGB/1ºGBM (Natal)	Lona de Combate a incêndio	0:
02	2ºSGB/1ºGBM (SGA)	Lona de Combate a incêndio	0:
03	1ºSGB/2ºGBM (Parnamirim)	Lona de Combate a incêndio	0:
04	2ºSGB/2ºGBM (Goianinha)	Lona de Combate a incêndio	0:
05	1ºSGB/3ºGBM (Mossoró)	Lona de Combate a incêndio	0:
06	2ºSGB/3ºGBM (PDF)	Lona de Combate a incêndio	0:
07	1ºSGB/4ºGBM (Caicó)	Lona de Combate a incêndio	0:
08	2ºSGB/4ºGBM (Currais Novos)	Lona de Combate a incêndio	0:
09	Acréscimo de 50% para estoque COBM	Lona de Combate a incêndio	1:
TOTAL			3:

10. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.38. Conforme Pesquisa de Preços 40175852, o custo estimado total da contratação é de R\$ 1.463.078,43 (um milhão, quatrocentos e sessenta e três mil setenta e oito reais e quarenta e três centavos).

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	TAMANHO	QUANT.	VALOR ESTIMADO (UNIT.)	VALOR ESTIMADO (TOTAL)
01	Mantas corta-fogo/manta contra incêndio	unidade	6x8 metros	33	R\$ 44.335,71	R\$ 1.463.078,43

11. DA GARANTIA

11.39. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da lei nº 14.133/2021, visto a natureza dos item a ser, contratado apenas uma compra, e por se tratar de contratação para fornecimento de bens, dessa forma pode inferir que o risco é mínimo para a administração, pois não há complexidade na presente licitação não comprometendo o cumprimento das obrigações.

11.40. A aquisição ocorrerá através de pregão, em sua forma eletrônica, modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, com critério de julgamento sendo o de menor preço, conforme art. 6, III, da Lei Federal nº 14.133/2021, configurando-se em opção mais vantajosa para a Administração Pública, por privilegiar a competitividade e a transparência.

12. DA ANÁLISE DO MERCADO FORNECEDOR E IDENTIFICAÇÃO DE SOLUÇÕES VIÁVEIS DO MERCADO

12.41. O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.

12.42. Após a verificação dos objetos demandando e dos requisitos da contratação (apresentados no item anterior), realizamos o levantamento de mercado e identificou características:

12.43. Em razão da baixa complexidade do objeto demandado não será necessário a realização de audiência e /ou consulta pública, junto ao mercado para coleta de contribuições;

12.44. O levantamento de mercado para a aquisição de Mantas corta fogo de combate a incêndios para o Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte (CBMRN), deve considerar as alternativas viáveis que atendam às necessidades operacionais da corporação, garantindo a máxima proteção dos bombeiros durante os combates a incêndios. A análise de mercado deve ser realizada com base na pesquisa de fornecedores que oferecem produtos com características técnicas adequadas, que atendam a requisitos de qualidade, segurança e sustentabilidade, conforme as normas vigentes no país.

A escolha da solução a ser contratada se baseia na combinação de critérios técnicos e econômicos. No aspecto técnico, os fornecedores selecionados deverão oferecer produtos com alta resistência a temperaturas e outros fatores de risco típicos do combate a incêndios, além de garantir a proteção adequada contra agentes químicos e biológicos. Do ponto de vista econômico, a solução mais viável é aquela que apresenta um bom equilíbrio entre custo e benefício, levando em consideração a durabilidade dos materiais e a necessidade de reposição periódica. Uma solução com maior durabilidade, mesmo que inicialmente mais cara, poderá representar economia no longo prazo, uma vez que reduzirá os custos com reposição de equipamento e diminuirá os riscos de acidentes de trabalho. Além disso, é imprescindível que os equipamentos atendam às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e à legislação pertinente, como a NBR 15814 (Equipamentos de Proteção para Bombeiros), garantindo a segurança dos profissionais durante as ações de combate ao fogo e salvamento.

Portanto, a justificativa técnica e econômica da escolha recai sobre a solução que melhor atenda às exigências de segurança dos bombeiros, ao mesmo tempo em que apresenta um custo sustentável para a Administração Pública. A contratação deverá garantir que o produto adquirido seja de qualidade superior, proporcionando a máxima efetividade para o qual está destinada e proteção aos servidores do CBMRN, e que seja economicamente viável, considerando a relação custo-benefício e o atendimento às normas ambientais e de segurança. A análise de mercado, portanto, tem como objetivo assegurar que a solução escolhida seja a mais eficaz, segura e econômica, atendendo aos princípios da Lei nº 14.133/2021 e ao interesse público de forma geral.

12.45. Não se aplica a hipótese de locação dos bens demandado, pois serão utilizados por toda sua vida útil e dado o descarte apropriado quando for encerrado.

12.46. Nos termos do art. 80 do Decreto Estadual nº 32.449/2023, os bens a serem adquiridos são de natureza comum e as especificações estabelecidas são usuais de mercado, cuja escolha pode ser feita tão somente com base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si e encontráveis facilmente no mercado.

13. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

13.47. A aquisição de materiais e equipamentos operacionais necessários para o Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte, tem o objetivo de aprimorar a capacidade de atendimento com eficácia a eficiência operacional da instituição, garantindo uma melhor segurança dos profissionais durante as ações de combate ao incêndio e salvamento.

13.48. Os equipamentos de operacionais a serem adquiridos devem atender às seguintes especificações mínimas, conforme as necessidades operacionais e técnicas do Corpo de Bombeiros:

- a) O equipamento a ser fornecido deverá ser certificado pelos órgãos competentes (ABNT, NBR, entre outros) e possuir garantia mínima de funcionalidade de acordo com os termos da legislação aplicável.
- b) A implementação dos equipamentos dispensa treinamento específico para os profissionais do Corpo de Bombeiros por serem equipamentos já conhecidos e de uso corrente.
- c) Além disso, a solução proposta deve contemplar a logística de entrega dos materiais e equipamentos, respeitando o cronograma estabelecido e os prazos definidos na licitação. A entrega deverá ser feita diretamente no almoxarifado central do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte, com a devida conferência e inspeção dos materiais quanto à conformidade com as especificações acordadas.

13.49. A contratação dar-se-á por dispensa de licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, por se tratar de bens comuns e por privilegiar a competitividade e a transparência. A proposta de aquisição será analisada com base no critério de **menor preço**, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, considerando a qualidade dos materiais e equipamentos ofertados. A proposta econômica deve incluir:

- Preço unitário do equipamento, com especificação detalhada das quantidades a serem adquiridas.
- Garantia de que os preços praticados são compatíveis com os valores de mercado e que as condições de pagamento são favoráveis à Administração Pública.
- Condições de troca dos equipamentos após a entrega, incluindo custos envolvidos em eventuais reparos e reposições.

13.50. Além disso, o processo licitatório deve assegurar que não haja superfaturamento nos preços e que a contratação ocorra de acordo com a melhor relação custo-benefício para a Administração Pública.

13.51. A aquisição dos equipamentos de combate a incêndio está sujeita a diversas regulamentações, as quais devem ser observadas para garantir a conformidade legal do processo de licitação e da contratação. Os aspectos legais incluem:

- **Lei nº 14.133/2021:** Aplicação dos princípios e normas estabelecidos pela nova Lei de Licitações e Contratos, garantindo a transparência, a competitividade, a isonomia e a eficiência.
- **Certificação dos Equipamentos:** Os equipamentos adquiridos devem estar de acordo com as normas e regulamentações da ABNT e NBR e outras, conforme a legislação específica de segurança de equipamentos de proteção individual.
- **Contratação de Pessoa Jurídica:** A empresa contratada deverá ser uma pessoa jurídica legalmente habilitada para fornecer os materiais e equipamentos conforme as exigências de mercado e as certificações necessárias.
- **Responsabilidade Ambiental:** A empresa fornecedora deve observar as normas ambientais, incluindo o descarte adequado de materiais e equipamentos, de forma que não cause impactos negativos ao meio ambiente.

13.52. Os prazos para a entrega dos materiais e equipamentos devem ser estabelecidos de forma clara no edital, sendo importante garantir que a entrega ocorra dentro dos prazos de urgência, considerando a criticidade dos itens para a operação do Corpo de Bombeiros.

13.53. O contrato deverá definir a vigência, os prazos de entrega, a forma de pagamento, os valores totais e as condições de fornecimento, bem como as penalidades para o descumprimento das condições estabelecidas.

13.54. A Administração Pública deverá realizar a fiscalização da execução contratual, através de gestores (titular e suplente) e fiscais (titular e suplente) por meio de acompanhamento contínuo da entrega, dos equipamentos. A empresa contratada deverá fornecer todas as informações necessárias para o monitoramento da execução, incluindo relatórios periódicos e prestação de contas detalhada.

13.55. A aquisição de equipamentos para o Corpo de Bombeiros, por meio de licitação conforme a Lei nº 14.133/2021, visa garantir a melhoria das condições de atendimento de ocorrências incêndio em veículos híbridos, elétricos, convencionais e correlatos, além de proporcionar melhores condições de trabalho

e segurança para os bombeiros. A solução proposta contempla todos os aspectos técnicos, operacionais, econômicos e legais, com o objetivo de assegurar a eficiência, a transparência e o cumprimento das necessidades da Administração Pública.

13.56. Com a adoção desta abordagem, a contratação será feita de maneira objetiva e transparente, respeitando os princípios legais e assegurando a entrega de soluções que atendam adequadamente às exigências do Corpo de Bombeiros

14. **IMPACTOS AMBIENTAIS**

14.57. Os materiais empregados e os serviços a serem executados deverão obedecer a todas as normas existentes atinentes ao objeto do Contrato, ou que venham a ser editadas durante a vigência da contratação, mais especificamente as seguintes normas: Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010 que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional; Portaria nº 23-MPOG, de 12 de fevereiro de 2015, que estabelece boas práticas de gestão e uso de Energia Elétrica e de Água nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dispõe sobre o monitoramento de consumo desses bens e serviços;

14.58. As empresas a serem contratadas deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como, a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental;

14.59. É importante que as empresas contratadas e o Órgão observem as boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam, entre outros, nos pressupostos e exigências discriminados abaixo, no que couber:

14.59.2. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;

14.59.3. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

14.59.4. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

14.59.5. Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;

14.59.6. Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;

14.59.7. Observar a sustentabilidade nos vários momentos do ciclo de vida do produto, desde os materiais utilizados e o modo de produção, passando pelo modo de distribuição, embalagem e transporte, até chegar no uso e por fim, na disposição final;

14.59.8. Observar a produção dos materiais, como a preferência por material reciclado, biodegradável e atóxico.

14.59.9. Importante que o modo de produção não tenha utilização de trabalho escravo ou infantil e com a utilização de máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais;

14.59.10. A distribuição dos materiais devem possuir embalagens compactas;

14.59.11. Importante que o uso dos materiais visem a economia de água e energia.

14.60. Considerando todas as fases do ciclo de vida do material citadas acima, ratificamos os preceitos do Art.5º da IN 01/2010 da SLTI/MPOG:

14.60.12. bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

14.60.13. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

14.60.14. e que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromohexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

14.61. Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios dos órgãos fiscalizadores e à política de sustentabilidade ambiental de acordo com a legislação vigente.

15. **DOS BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO - RESULTADOS PRETENDIDOS**

15.62. Com as aquisições objeto do presente processo, pretende-se melhorar a eficácia e eficiência do serviço à população no atendimento às operações de incêndio em veículos elétricos, híbridos, convencionais e correlatas. O atendimento de qualidade exige a presença desses materiais/ equipamentos.

15.63. Assim, cada o item a ser contratados otimiza os recursos humanos existentes, pois conseguem fazer mais em seus atendimentos, e melhora a qualidade do atendimento a sociedade.

15.64. A contratação atende a uma necessidade pública, pois são materiais necessários ao adequado atendimento da população no atendimento às operações de incêndio veículos elétricos, híbridos, convencionais e correlatas, e dos bombeiros

16. **DO ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO**

16.65. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025 (PCA 2025), conforme detalhamento a seguir:

16.65.15. ID PCA no PNCP: 04994771000100-0-000001/2025

16.65.15.1. Data de publicação no PNCP: 05/06/2024

16.65.15.2. Id do item no PCA: 223

16.65.15.3. Classe/Grupo: 4210

16.65.15.4. Identificador da futura contratação: 925541-5/2025

16.66. **A contratação objeto do presente processo se alinha com o Plano Plurianual 2024-2027 do CBMRN, conforme especificado abaixo:**

16.66.16. A Diretriz 063: Implementação de uma política de segurança pública com ênfase em reestruturação, reordenamento, fortalecimento e modernização dos órgãos de segurança, especialmente no que se refere às condições de trabalho e valorização pessoal dos trabalhadores em segurança;

16.66.17. O Objetivo Geral 632: Promover cidadania, Segurança Pública e Valorização dos Bombeiros Militares no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte;

16.66.18. O Objetivo Específico 258: Fortalecer a Gestão Institucional;

16.66.19. Entrega: 264 Aquisição de Insumos e Equipamentos para o desenvolvimento das atividades institucionais do CBMRN.

17. **PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

17.67. Não haverá necessidade de adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual, tendo em vista que o CBMRN possui uma Diretoria de logística com militares treinados para processar os reflexos de uma aquisição com essas características;

17.68. Estrutura organizacional: Não haverá necessidade de alteração;

17.69. Acesso aos sistemas de informação: Não se aplica;

- 17.70. Capacitação dos servidores: Não há necessidade;
- 17.71. Impacto na equipe da área demandante: Não haverá impacto;
- 17.72. Impacto de mudanças de processos de trabalho: Não se aplica;
- 17.73. Estratégia de independência do CBM em relação à contratada: Não se aplica;
- 17.74. Estratégia para transição e encerramento contratual: Não se aplica;
- 17.75. Estratégia de continuidade em eventual interrupção do contrato: Não se aplica;
- 17.76. Recursos materiais e humanos necessários à continuidade do negócio: Não se aplica;
- 17.77. Intercorrências em contratos anteriores: Não houve;
- 17.78. ETP deve ser classificado como sigiloso: Não.

18. ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

18.79. A contratação de Manta corta-fogo para o Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte é essencial tanto para garantir a continuidade, eficiência e a efetividade das operações de combate a incêndio em veículos elétricos, híbridos, convencionais e outros correlatos, e atendimento emergencial, quando para a proteção dos militares executores das operações.

18.80. A pesquisa anteriores de mercado demonstrou a disponibilidade de fornecedores qualificados e com capacidade para fornecer os materiais com qualidade certificada. Além disso, as especificações técnicas atendem plenamente às necessidades operacionais da corporação, assegurando a eficácia no atendimento às ocorrências e o suporte adequado aos bombeiros durante as operações.

18.81. A contratação dar-se-á por dispensa de licitação tendo em vista o que consta no Art.75, II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras. A licitação ocorrerá em sua modalidade pregão na forma eletrônica, por se tratar de bens comuns e por privilegiar a transparência e a competitividade.

18.82. Em complemento, os requisitos listados atendem adequadamente às demandas formuladas, os custos previstos são compatíveis e os riscos identificados são administráveis, pelo que recomendamos o prosseguimento da pretensão contratual.

18.83. Além disso, a contratação alinha-se com as regulamentações e boas práticas de contratação pública.

18.84. Dessa forma, conclui-se que a contratação proposta é adequada e necessária, garantindo o atendimento das necessidades institucionais e a segurança operacional do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Norte.

19. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

19.85. Não verifica-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e aquisição desta demanda.

20. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

20.86. Os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

20.87. Devem ser observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

20.88. Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

20.89. Os bens não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs). A comprovação das exigências acima poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital;

21. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

21.90. Após a realização dos estudos técnicos preliminares, do levantamento de mercado e da análise das alternativas disponíveis, conclui-se que a aquisição de 33 (trinta e três) mantas corta-fogo representa a solução mais adequada, eficiente e vantajosa para atender às necessidades operacionais do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte – CBMRN.

21.91. A contratação mostra-se tecnicamente adequada por se tratar de equipamento amplamente utilizado em ações de combate a princípios de incêndio, especialmente em ocorrências envolvendo líquidos inflamáveis, equipamentos elétricos energizados, fogões industriais, cozinhas, laboratórios e demais ambientes com potencial de desenvolvimento de focos iniciais de incêndio. A utilização das mantas corta-fogo possibilita resposta rápida e segura, contribuindo para a contenção das chamas em seu estágio inicial e reduzindo os riscos à integridade física dos militares, servidores e da população atendida.

21.92. Sob o aspecto operacional, a aquisição permitirá ampliar a capacidade de resposta das unidades do CBMRN, proporcionando a disponibilização de equipamentos padronizados e adequados às atividades desenvolvidas pela Corporação. Além disso, a distribuição das mantas entre as unidades operacionais contribuirá para o fortalecimento das ações de prevenção e combate a incêndios, aumentando a eficiência dos serviços prestados à sociedade.

21.93. Do ponto de vista econômico, a aquisição apresenta elevada relação custo-benefício, considerando a durabilidade do material, a baixa necessidade de manutenção, a simplicidade de utilização e o potencial de redução de danos patrimoniais e humanos decorrentes de princípios de incêndio. Verifica-se, ainda, que a solução proposta demanda investimentos significativamente inferiores quando comparada aos custos decorrentes da ampliação de danos ocasionados pela ausência de equipamentos apropriados para atuação imediata.

21.94. Quanto aos aspectos administrativos, a contratação é plenamente viável, uma vez que o objeto possui especificações técnicas amplamente definidas no mercado, conta com diversos fornecedores aptos ao atendimento da demanda e não apresenta complexidade relevante para aquisição, recebimento, armazenamento ou fiscalização contratual.

21.95. Dessa forma, considerando os elementos técnicos, operacionais, econômicos e administrativos analisados durante a fase de planejamento, conclui-se que a aquisição das 33 mantas corta-fogo é adequada, necessária e suficiente para atender à demanda institucional identificada, revelando-se a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública e alinhada ao interesse público, aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento, bem como às disposições da Lei nº 14.133/2021.

22. CLASSIFICAÇÃO NOS TERMOS DA LEI Nº 12527/2011

22.96. Nos termos da Lei nº 12.527/2011, o presente ETP é classificado como público (não sigiloso), ante a natureza da contratação.

23. DOS RESPONSÁVEIS

Natal, na data da assinatura digital.

RAFFAEL PEREIRA DE **ANDRADE SILVA** - CEL QOEM
Chefe do Centro de Planejamento e Instrução Processual de Contratações

THÁCIO PIMENTA DE ALMEIDA MEDEIROS - SD QPBM
Membro do Centro de Planejamento e Instrução Processual de Contratações

Luiz Felipe **ALCÂNTARA** do Nascimento - SD QPBM
Membro do Centro de Planejamento e Instrução Processual de Contratações

NILSON SOARES DE **QUEIROGA FILHO** - SD QPBM
Membro do Centro de Planejamento e Instrução Processual de Contratações



Documento assinado eletronicamente por **THÁCIO PIMENTA DE ALMEIDA MEDEIROS, Soldado QPBM**, em 03/06/2026, às 10:20, conforme horário de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **41815088** e o código CRC **2AD5E548**.

Referência: Processo nº 08810213.000090/2025-11

SEI

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO



CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
Av. Prudente de Moraes, 2410, - Bairro Barro Vermelho, Natal/RN, CEP 59022-545
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.cbm.rn.gov.br>

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 08810213.000090/2025-11

	CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE 33 (TRINTA E TRÊS) MANTAS CORTA-FOGO DE COMBATE A INCÊNDIOS EM CARROS ELÉTRICOS, HÍBRIDOS E CONVENCIONAL QUE CELEBRAM ENTRE SI O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DE SEU CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E A [DIGITE AQUI O NOME DA EMPRESA] .
--	--

O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DE SEU **CORPO DE BOMBEIROS MILITAR (CBMRN)**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.994.771/0001-00, com endereço na Avenida Prudente de Moraes, 2410, Barro Vermelho - Natal/RN - CEP: 59.022-545, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do seu Comandante-Geral, Exmo. Senhor(a) Coronel QOEM Luiz **Monteiro** da Silva Júnior, brasileiro, casado e do CPF nº 023.741.404-07, e do seu [\[Cargo do Signatário 2\]](#), Senhor(a) [\[digite aqui o nome\]](#), [\[nacionalidade\]](#), [\[estado civil\]](#), portador da Carteira de Identidade nº [\[digite aqui o número com a Unidade da Federação\]](#), CPF nº [\[digite aqui o número\]](#), e de outro lado a [\[DIGITE AQUI O NOME DA EMPRESA\]](#), inscrita no CNPJ/MF sob o nº [\[digite aqui o CNPJ\]](#), estabelecida à [\[digite aqui o endereço completo da empresa\]](#), doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor(a) [\[digite aqui o nome\]](#), [\[nacionalidade\]](#), [\[estado civil\]](#), [\[profissão\]](#), portador da Carteira de Identidade nº [\[digite aqui o número com a Unidade da Federação\]](#) e do CPF nº [\[digite aqui o número\]](#), resolvem celebrar o presente Contrato, que será regido pela Lei nº 14.133, de 2021, bem como pelo Decreto Estadual nº 32.449/2023, que regulamenta a Lei de Licitações e Contratos Administrativos no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, legislação correlata e anexos do processo 08810213.000090/2025-11, sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de 33 (Trinta e três) Mantas corta-fogo de combate a incêndios em carros elétricos, híbridos e convencional para o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Norte (CBMRN), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Nome do Item	Especificações do Item	Quantidades
------	--------------	------------------------	-------------

01	Mantas corta-fogo/manta contra incêndio	<p>Descrição Básica: Manta contra fogo, equipamento extintor de incêndio para atuação em ocorrências com veículos elétricos, híbridos e convencionais, eficiente para isolar o incêndio e limitar o crescimento da fumaça em ambientes confinados com capacidade de cobrir qualquer tamanho de carro inclusive SUV e veículos todo-o-terreno.</p> <p>Tamanho: 48 m² com capacidade de cobrir qualquer tamanho de veículos inclusive SUVs grande e veículos todo-o-terreno com, peso até 40 kg com número de uso de até 30 vezes</p> <p>Propriedade</p> <p>Especificações</p> <ul style="list-style-type: none"> • Manta Car Pro X Fire Blanket ou similar/equivalente – 6,00 x 8,00 m • Reutilização: Reutilizável até 30 aplicações • Dimensões/Peso: ± 6,0 x 8,0 m / ± 26 kg • Material do núcleo: Grafite 340 g/m² • Revestimento: Polímero de silicone ± 160 g/m² (possibilidade de chamas residuais no primeiro uso) • Fios: Urdidura 396 Tex / Trama 396 Tex • Contagem de fios: Urdidura 4,5 fios/cm / Trama 4,0 fios/cm • Resistência à tração: Warp 3.000 N/50 mm / Weft 3.600 N/50 mm • Peso superficial: 340 g/m² • Espessura: 0,32 mm • Temperatura de serviço (tecido do núcleo): • Curto prazo: até ± 2.500 °C * • Longo prazo: até ± 1.500 °C <p>Composição, Características Técnica dos Materiais, A Manta corta-fogo feita em tecido composto por grafite mais revestimento de silicone especial para altas temperaturas ou de tecido de fibra de vidro com revestimento de polímero especial retardante de chamas em ambos os lados que suporte uma temperatura de até 2500°C (fusão) até 1.500 °C (em operação) e atendas as normas DIN EN 12654, DIN EN 1049, ISO 4606, EN 12127, DIN ISO 4606, UNE EN 13501, EN 13934-1, Urdume 5000N/5cm ±10% Trama 4277 N/5cm ±10%, Resistência à tração EN 13934-1, Urdume 5000N/5cm ±10% Trama 4277 N/5cm ±10% e suporte uma temperatura de até 2500°C (fusão) até 1.500 °C (em operação)</p> <p>Embalagens: Bolsa hermética que bloqueia odores e gases da manta previamente utilizada;</p> <p>Com alças para transporte e tiras para fechamento; Acompanha kit de reparo para a manta, no bolso lateral; graxa de silicone no zíper para manter a bolsa hermética e sem cheiro.</p>	33
----	---	---	----

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação 40104702;

1.3.2. O Edital da Licitação 41862568;

1.3.3. A Proposta do Contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.4. O prazo de vigência da contratação é de 100 dias contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, com prazo de vigência limitado a 31 de dezembro de 2026.

2.4.5. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

Prazo de entrega

2.5. A entrega dos equipamentos deverá ser realizada no Almoxarifado do Centro de Logística do CBMRN, situado na Avenida Prudente de Moraes, nº 2410, bairro Barro Vermelho, Natal/RN, CEP 59.022-545 e efetivada no prazo para entrega dos bens será de até **30 (trinta) dias corridos**, em remessa única, contados da data publicação do contrato no Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogado por igual período, essa prorrogação poderá ser solicitada pela contratada e será concedida mediante justificativa formal, estando sujeita à aceitação pelo contratante, de comum acordo, conforme previsto na legislação aplicável.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.6. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.7. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.8. O valor total da contratação é de R\$. (.....) (.....).

5.9. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.10. Os preços são fixos e irrevogáveis.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.11. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.12. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 08 de abril de 2026.

- 7.13. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade
- 7.14. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.15. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.16. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.17. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.18. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.19. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.20. São obrigações do Contratante:
- 8.20.6. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.20.7. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.20.8. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.20.9. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.20.10. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 8.20.11. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- 8.20.12. Cientificar o órgão de representação judicial do Estado para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.20.13. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.20.13.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 07 (sete) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- 8.20.14. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.21. A Administração terá o prazo de 15 dias corridos, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.22. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias corridos.
- 8.23. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.24. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.24.15. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.24.16. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.24.17. comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.24.18. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.24.19. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.24.20. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.24.21. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.24.22. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.24.23. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.24.24. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.24.25. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- 9.24.26. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 9.24.27. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 9.24.28. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.24.29. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.24.30. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.24.31. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.24.32. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.24.33. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.24.34. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.24.35. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.25. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

10.26. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

10.27. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

10.28. A garantia será prestada com vistas a manter os objetos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

10.29. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

10.30. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência própria e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.31. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o pregão eletrônico ou execução do contrato;

f) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.32. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I - **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II - **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

IV - **Multa**:

i) Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de trinta (30) dias;

11.33. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato;

11.34. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato;

11.35. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 20% a 30% do valor do Contrato;

11.36. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato;

11.37. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.

11.38. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.39. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º)

11.40. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.40.36. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

11.40.37. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.40.38. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.41. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração

de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.42. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

- j) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- k) as peculiaridades do caso concreto;
- l) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- m) os danos que dela provierem para o Contratante;
- n) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.43. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

11.44. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

11.45. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

11.46. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.47. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.48. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.48.39. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- o) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- p) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.49. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.49.40. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.49.41. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.49.41.2. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.50. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 12.50.42. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.50.43. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.50.44. Indenizações e multas.

12.51. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.52. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.53. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados do Corpo de Bombeiros deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- **Classificação Funcional Programática:** 32.131.06.182.0100.2121.212101 – Manutenção e Funcionamento de Unidades Operacionais e Administrativas do CBMRN;
- **Elemento de Despesa:** 33.90.30.28 – Material de proteção e segurança;
- **Fonte de Recursos:** 759 – Recursos vinculados a fundos;
- **Valor:**

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.54. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.55. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.56. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.57. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.58. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.59. É eleito o Foro da Comarca da cidade do Natal/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

..... de..... de 20.....

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

(assinado eletronicamente)
GIOLLIANO PATRICIO SILVA DE FARIAS - SD QPBM
Membro do Centro de Planejamento e
Instrução Processual de Contratações



Documento assinado eletronicamente por **GIOLLIANO PATRÍCIO SILVA DE FARIAS, Soldado QPBM**, em 08/06/2026, às 12:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **41861911** e o código CRC **4EABA472**.

Referência: Processo nº 08810213.000090/2025-11 SEI nº 41861911

ANEXO III - Modelo da Proposta de Preços.

Modelo da Proposta de Preços - Pregão Eletrônico 90.067/2026
Processo Administrativo: 08810213.000090/2025-11

Sr. Pregoeiro,
Seguindo os ditames editalícios, apresento a V.Sa a nossa proposta de preços para o Pregão Eletrônico 90.067/2026 - SEAD, conforme itens a seguir relacionados, especificados de acordo com Anexo I, do Edital:

Item	Produto	Descrição do objeto	Unidade	Quantidade	Preço unitário (R\$)	Preço total (R\$)
01						
...						

Descrições Técnicas (detalhamento do produto):
Valor total da proposta:
Declaramos que a validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias** a contar da data de sua entrega.
Declaramos expressamente que, no (s) preço (s) acima ofertado (s), estão inclusos todos os custos indiretos tais como: impostos, taxas, fretes, seguros etc.
Prazo de entrega: 00 dias corridos, contado a partir da data da assinatura do contrato ou equivalente.

Informamos ainda que a conta bancária da empresa é no Banco _____, Nº _____, Agência _____, e o nosso telefone para contato é o _____, fax _____ e e-mail _____.

Atenciosamente,

Cidade/UF, ** de ** de 2026.

Diretor ou representante legal - RG/CPF

[\[1\]](#) Outro formato de proposta poderá ser aceito, desde que seja mantido o fácil entendimento do documento e os itens solicitados.